

Diário do Legislativo de 30/10/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 79ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana, da Deputada Gláucia Brandão e do Deputado Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.970 a 4.977/2010 - Requerimentos nºs 6.735 a 6.739/2010 - Requerimento do Deputado Doutor Viana e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Transporte e dos Deputados Carlos Pimenta e Elmiro Nascimento - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Viana, Domingos Sávio, André Quintão, Carlin Moura e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Doutor Viana e outros; deferimento - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - 2ª Fase: Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - João Leite - Leonardo Moreira - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.625 e 6.627/2010, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Alexandre Silveira, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.541/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel, informando a realização da Audiência Pública nº 43/2010, em 9/12/2010, com vistas a obtenção de subsídios para o estabelecimento da resolução normativa que especifica. (- À Comissão de Minas e Energia.)

Do Sr. Brandão Teixeira, Presidente da Comissão Apuradora das Eleições de 2010, comunicando que em sessão realizada em 14/10/2010 o Tribunal Regional Eleitoral proclamou eleitos aos cargos de Deputados Estaduais os candidatos constantes de lista que encaminha em anexo.

Da Sra. Marizete Almeida, Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde (substituta), prestando informações relativas às notas taquigráficas da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, encaminhadas por essa Comissão por meio do Ofício nº 1.001/2010/SGM. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Hélio Ferraz (Baiano), Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, encaminhando requerimento da Vereadora Liza Prado, aprovado por essa Câmara, em que pleiteia que esta Casa solicite à Cemig providências relativas aos apagões que têm acontecido em Uberlândia. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Da Sra. Aparecida Gama, Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, encaminhando cópia de expediente da Confederação Brasileira de Surdos datado de 4/10/2010.

Do Sr. José Correa Braga Neto, Vereador da Câmara Municipal de Peçanha, encaminhando ata da reunião dessa Casa Legislativa realizada em 20/9/2010, em que expõe sua preocupação com a questão ambiental no País, especialmente a falta d'água. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Robson Lucas da Silva, Secretário Adjunto de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.277/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Célia Beatriz Gomes dos Santos, Promotora de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.544/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Umberto de Almeida Bizzo, Promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.726/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Renato Augusto de Mendonça e da Sra. Márcia Pinheiro de Oliveira Teixeira, Promotores de Justiça, encaminhando cópia da correspondência de trabalhadores rurais do Município de Rio Pardo de Minas acampados na Fazenda Capão Muniz na qual esses relatam ameaças de morte feitas por fazendeiros e policiais civis, depois que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspendeu a decisão que havia deferido aos fazendeiros a reintegração de posse do imóvel mencionado. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Robson Lucas da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.384/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (4), informando a liberação de recursos financeiros para as entidades que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos financeiros para a Fundação João Pinheiro. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.869/2010, do Deputado Weliton Prado.

Do Sr. Alexandre Pires de Lima, Coordenador de Área da Secretaria da 2ª Câmara do Tribunal de Contas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.691/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Do Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Consultor Técnico Especializado da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao requerimento do Deputado Wander Borges encaminhado por meio do Ofício nº 2.116/2010/SGM.

Da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (2), encaminhando cópia de termos aditivos a convênios firmados por esse órgão com a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha e o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.970/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de São Sebastião do Paraíso - Integrar -, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de São Sebastião do Paraíso - Integrar -, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de São Sebastião do Paraíso - Integrar - consiste em reunir pessoas com qualquer tipo de deficiência ou necessidade especial sob a égide da Associação, atuando na implementação de medidas que visem a obter melhoria em condição de existência, mediante atuação junto à comunidade, às famílias, às entidades e ao poder público, para ampliação da assistência, da reabilitação, da saúde, do amparo, da capacitação profissional e do aproveitamento da mão de obra das pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, a fim de promover sua plena integração e inclusão na sociedade.

A entidade apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de lei Nº 4.971/2010

Declara de utilidade pública a Associação Lambariense de Esportes, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Lambariense de Esportes, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Carlos Mosconi

Justificação: A partir do ano de 1988, com a promulgação da Carta Magna nacional, o Estado brasileiro passou a ter o fomento ao desporto como dever constitucionalmente reconhecido. Além de garantir a proteção às manifestações desportivas, o art. 217 da Constituição Federal, único dispositivo constitucional que dispõe sobre o esporte, garante, ainda, o incentivo do poder público ao lazer, como forma de promoção social.

Vinte anos depois, seguindo os caminhos abertos pela Constituição brasileira, foi criada a Associação Lambariense de Esportes. Sociedade civil com foro e sede no Município de Lambari, a Associação tem duração ilimitada e não possui caráter político, econômico nem religioso. Tem como características a ausência de fins lucrativos, a não remuneração de seus membros e a defesa do esporte, seja como atividade física regular, para promoção da saúde e do bem-estar, seja como integração cidadã, geradora de desenvolvimento social.

Espaço de congregação entre praticantes dos mais diversos esportes, a Associação tem como finalidade a promoção de competições e reuniões, o fornecimento de material e estrutura física para a prática e o estudo do esporte e o desenvolvimento de ações sociais para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. A associação atende tanto aos seus associados quanto aos convidados e aos demais cidadãos, promovendo a amizade e a cidadania e utilizando-se de parcerias, quer com instituições privadas, quer com entidades do setor público.

Considerando a eminente importância do esporte para a saúde e a socialização da juventude, os relevantes benefícios provenientes da atuação da referida Associação e os expressivos serviços prestados por ela à sociedade mineira, espera o signatário deste projeto de lei, que se mostra de acordo com os dispositivos constitucionais e legais competentes, obter a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.972/2010

Dá a denominação de Deputado José Aldo dos Santos ao trecho da Rodovia MGC - 494 que liga o Município de São Tiago ao entroncamento da

BR-381.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Deputado José Aldo dos Santos o trecho da Rodovia MGC - 494 que liga o Município de São Tiago ao entroncamento da BR-381.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Gustavo Valadares

Justificação: José Aldo dos Santos nasceu a São Tiago em 30/5/42. Entretanto, sua vinculação afetiva com Oliveira fez com que adotasse a cidade como segunda terra natal.

Graduado em Economia pela USP, iniciou brilhante trajetória profissional no extinto Banco da Lavoura. Trabalhou ainda no Banco do Estado de São Paulo, que deixou para fundar, com os irmãos, José Alberto e José Francisco Santos, as empresas Citrosantos e Agropecuária Citrosantos. Nessa época, começou a história do empresário bem-sucedido, que, graças ao trabalho e à competência gerencial, conseguiu colocar a sociedade que fundou entre as primeiras do setor em Minas e no Brasil. Administrador preocupado com a responsabilidade social das classes produtoras, sempre deu atenção privilegiada às aspirações de seus trabalhadores. Sem ser paternalista, cuidou para que cada um lograsse a realização como profissional e ser humano.

A comunidade não podia prescindir de seus muitos talentos. Por isso, quando convocado a dar mais de si à coletividade, não pensou duas vezes: abraçou, com decisão e coragem, a vida pública. Quando a morte o colheu, encontrava-se em plena atividade política, lutando para resolver um dos mais sérios problemas da região: o asfaltamento do trecho da BR - 494 que liga Oliveira a São Tiago. Uma agenda cheia a cumprir e a responsabilidade de quem possuía aguda consciência da importância da missão do homem público fizeram-no desconhecer a chuva que caía torrencialmente e lançar-se àquela que seria sua última viagem. Morreu em pleno trabalho, como a mostrar que, na classe política deste país, ainda são muitos os que honram os mandatos recebidos do povo.

Cumprindo o primeiro mandato como Deputado Federal, notabilizou-se pela defesa dos interesses dos assalariados. Ao dar prioridade à dimensão social da empresa, evidenciou seu espírito de empresário moderno, à altura dos empreendedores do Primeiro Mundo.

Em silêncio, sem fazer alarde, como bom mineiro, empreendeu uma luta sem tréguas para que o plano econômico ora em execução assegurasse à classe trabalhadora o salário mínimo de U\$100,00.

Em seu último pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados, protestou com palavras duras contra a decisão das autoridades governamentais da área econômica de manter os juros em patamares estratosféricos. Em seu discurso, disse com firmeza: "Este Governo, o Ministro da Fazenda e todos os que elaboraram esse plano econômico devem ter mais consciência com a Nação brasileira".

Admirado por todos os que com ele conviveram, José Aldo tem seu nome definitivamente ligado à história da região por sua ação corajosa e socialmente relevante. É de grande importância deixar seu nome escrito na história e na memória daqueles que o têm como exemplo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 4.973/2010

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Fahim Sawan

Justificação: O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba é uma organização sem fins lucrativos, cuja finalidade é estudar, coordenar, proteger e representar legalmente os interesses dos servidores públicos municipais da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, inclusive da Câmara Municipal de Uberaba.

A entidade, desde sua fundação, vem atendendo, além de todo o funcionalismo municipal de Uberaba, que atualmente representa quase oito mil servidores, toda a população uberabense.

Na sede, são disponibilizados advogados para orientarem os servidores e, caso necessário, ingressarem com as devidas ações judiciais, auxiliando pessoas que tiveram seu direito lesado. Além disso, semanalmente, é oferecido atendimento odontológico a todos os filiados e aos moradores do bairro.

À frente desse projeto, estão pessoas de idoneidade incontestável e que realizam um trabalho sério, sempre atentas às disposições estatutárias da entidade, suas finalidades e objetivos.

Com o intuito de incentivar trabalhos sociais prestados gratuitamente por pessoas de reputação ilibada e com o fim único de promover o bem-

estar social, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de lei nº 4.974/2010

Declara de utilidade pública o Projeto Mãos Dadas, com sede no Município de Lavras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto Mãos Dadas, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Lafayette de Andrada

Justificação: O Projeto Mãos Dadas, fundado em junho de 2009, no Município de Lavras, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo primordial prestar assistência educacional, cultural e desportiva e ainda desenvolver programas médico-odontológicos à comunidade carente de Lavras. Encontra-se devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Lavras. Conforme atesta o Presidente da Câmara desse Município, a entidade funciona há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas.

Assim sendo, solicito dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.975/2010

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável - IDS -, com sede no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável - IDS -, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Paulo Guedes

Justificação: O Instituto de Desenvolvimento Sustentável - IDS -, fundado em 25/7/2003, com sede no Município de Porteirinha, é uma entidade civil de fins sociais, sem fins lucrativos, que tem por finalidade, entre outras: promover o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável; desenvolver ações de educação e apoio técnico que contribuam para a melhoria da qualidade de vida; e promover a inclusão social e a formação da cidadania.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.976/2010

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Jesus, com sede na Comunidade de Bom Jesus, no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Jesus, com sede na Comunidade de Bom Jesus, no Município de Porteirinha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Jesus, fundada em 12/6/89, com sede na Comunidade de Bom Jesus, no Município de Porteirinha, é uma entidade civil de fins sociais, sem fins lucrativos, que tem por finalidade, entre outras: prestar serviços de assistência social aos moradores da área de atuação, por conta própria ou mediante parcerias, conforme legislação

vigente; proteger a saúde da família, a maternidade, a infância e a velhice, através de ações assistenciais que possibilitem o acesso da população aos programas governamentais que atendam a estes segmentos da sociedade; fazer a proteção do meio ambiente, com atividades que visem conscientizar a população da necessidade da adoção de práticas de conservação dos recursos naturais.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.977/2010

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Rural de Ilha Grande II, com sede na localidade de Ilha Grande II, no Município de Catuti.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Rural de Ilha Grande II, com sede na localidade de Ilha Grande II, no Município de Catuti.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2010.

Paulo Guedes

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário Rural de Ilha Grande II, fundado em 18/5/89, com sede na localidade de Ilha Grande II, no Município de Catuti, é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem por finalidades, entre outras, trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da população da região e habilitar e reabilitar pessoas portadores de deficiência.

Em face do exposto, apresento este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.735/2010, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Hercílio Araújo Diniz Filho pelo recebimento dos títulos de Empresário do Ano 2010 e Mérito Empresarial 2010, outorgados, respectivamente, pela Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares e pela Federaminas.

Nº 6.736/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Henrique Zwaal, Presidente do Grupo Igás do Brasil, pelos 10 anos de atuação dessa empresa. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 6.737/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Cyntia Dias e ao Sr. Fernando Bustamante, da Cyntilante Produções, extensiva à TW Cultural, pela produção do espetáculo "O Menino Poeta", inspirado na obra de Henriqueta Lisboa, e por terem convidado para vê-lo alunos da Escola Municipal Geni Guimarães Oliveira, de Mateus Leme, que realizaram trabalho sobre essa autora, sob a coordenação da Profa. Maria José Mendes Alckmim.

Nº 6.738/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Educação pedido de providências com vistas à construção de vestiários no ginásio poliesportivo da Escola Estadual Maria de Salles Ferreira.

Nº 6.739/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Educação pedido de providências para a reforma da Escola Estadual Padre Camargos.

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Doutor Viana e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Transporte e dos Deputados Carlos Pimenta e Elmiro Nascimento.

Oradores Inscritos

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- Os Deputados Doutor Viana e Domingos Sávio proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Doutor Viana) - Com a palavra, o Deputado André Quintão.

- Os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 6.737 a 6.739/2010, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 27/10/2010, do Projeto de Lei nº 4.836/2010, do Deputado Juninho Araújo; de Assuntos Municipais - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 27/10/2010, do Requerimento nº 6.694/2010, da Comissão de Direitos Humanos; e de Transporte - aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 27/10/2010, dos Requerimentos nºs 6.480, 6.482 e 6.483/2010, da Comissão de Turismo, 6.523 e 6.524/2010, do Deputado Wander Borges, 6.531/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, 6.561 e 6.562/2010, do Deputado Carlin Moura, 6.590/2010, da Comissão de Defesa do Consumidor, 6.612/2010, do Deputado Carlin Moura, 6.620/2010, da Comissão de Direitos Humanos, 6.629, 6.637, 6.645 e 6.676/2010, do Deputado Wander Borges, 6.691 e 6.692/2010, da Comissão de Turismo, 6.695/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 6.696/2010, do Deputado Délio Malheiros (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Doutor Viana e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais pelos 50 anos de oficialização do Curso de Engenharia Florestal no Brasil. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 3, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 20/10/2010

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a importância da reativação dos trens turísticos e de passageiros para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - e a ampliação das ações turísticas e culturais da região, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Deputado Eros Biondini retira-se da reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lilian Paraguai, Vereadora do Município de Brumadinho e Representante da Comissão Volta aos Trens das Regiões Metropolitana e Paraopeba; Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -; e Juliana Gazzinelli de Oliveira, Técnica Superior da Área Social do Instituto Inhotim; e os Srs. Geraldo Lourenço de Souza Neto, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, representando o Sr. Mauro Barbosa, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes; Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas e Presidente da Associação das Cidades Históricas; Professor Nilson Tadeu Ramos Nunes, Chefe do Departamento de Engenharia de Transportes e Geotecnia da UFMG; Afonso Carneiro Filho, Diretor do Departamento de Relações Institucionais do Ministério dos Transportes; e Paulo Rogério Monteiro, Coordenador do Programa de Mobilidade Metropolitana da Agência de Desenvolvimento da RMBH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.657/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o andamento das obras nos Estádios Governador Magalhães Pinto e Independência e entornos e os preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

Ata da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 21/10/2010

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assunto de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Defesa Social pedidos de providências relativas às precárias condições do Centro de Internação Provisória Dom Bosco, em Belo Horizonte, e de informações acerca da morte de um adolescente, ocorrida dentro do referido Centro, na noite de 16/10/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 3/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.550/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em epígrafe tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação Estrela Guia, com sede no Município de Barão de Cocais.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal na forma apresentada. Vem agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.550/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Estrela Guia, com sede no Município de Barão de Cocais, entidade sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem como objetivo o desenvolvimento de um projeto comunitário para atender crianças, jovens, pais e idosos dos Bairros São José, Garcia I e II, Nacional, Progresso, Varginha I e II e Dois Irmãos.

Com esse propósito, a instituição promove ações voltadas para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida, buscando criar condições para o desenvolvimento dessas comunidades.

Considerando-se a relevância do trabalho realizado pela Associação Estrela Guia, julgamos meritória a intenção de conceder-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.550/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.635/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem como finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Particular de São João Bosco, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.635/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública o Conselho Particular de São João Bosco da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Belo Horizonte, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que possui como finalidade essencial coordenar atividades beneficentes, culturais, promocionais e de assistência social.

Constituído o Conselho por suas conferências vicentinas, obras unidas e especiais, congrega, ainda, em sua área de atuação, as unidades vicentinas desprovidas de personalidade jurídica, por meio das quais realiza importante trabalho em prol dos menos favorecidos.

Cabe ressaltar, por fim, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem o objetivo de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Considerando-se a relevância do trabalho realizado pelo Conselho Particular de São João Bosco da Sociedade de São Vicente de Paulo, julgamos meritória a intenção de conceder-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.635/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/10/2010, as seguintes comunicações:

Do Deputado Carlos Pimenta, notificando o falecimento do Sr. Mario Eduardo Ribeiro, em 23/10/2010, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Paulo José de Amorim, em 20/10/2010, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Mercado Central de Belo Horizonte pelos 81 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.613/2010, do Deputado Wander Borges);

de pesar pelo falecimento do Sr. Barônio Bezerra Cabral, ex-Prefeito Municipal de Frei Inocêncio (Requerimento nº 6.644/2010, do Deputado José Henrique);

de congratulações com o Colégio Tecnológico Delfim Moreira pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.649/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Wilson de Souza Lopes pelos 17 anos de sua constituição (Requerimento nº 6.662/2010, do Deputado Wander Borges).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

77ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 26/10/2010

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, Deputado João Leite; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputada Maria Tereza Lara, profissionais da imprensa e demais funcionários da Casa, mineiros e mineiras que nos assistem pela TV Assembleia, boa tarde.

Durante esses quatro anos em que temos trabalhado em nosso mandato parlamentar, utilizei várias vezes esta tribuna para denunciar situações que mereciam atenção especial do poder público, discutir projetos em tramitação, prestar homenagens ou trazer informações de interesse público. Hoje eu a ocupo para fazer alguns agradecimentos especiais.

Quero agradecer aos 67.559 eleitores mineiros que, com seu voto, demonstraram confiança em meu trabalho e em meus objetivos, reconduzindo-me assim à função de sua representante no Legislativo pelos próximos quatro anos. Há quem diga que uma reeleição é mais fácil do que conquistar a confiança dos eleitores pela primeira vez. Não vejo dessa forma. Considero ambas as lutas difíceis, pois são travadas num contexto permanentemente móvel da política e das necessidades da população, além de estarem sujeitas a ser determinadas também por fatores diferentes da avaliação de nossa idoneidade, trabalho e propostas, embora acredite que esses sejam os principais parâmetros observados pelo eleitor mineiro, que tem sido cada vez mais participativo e exigente no exercício da cidadania.

Não nos mobilizamos por dinheiro, acordos políticos escusos ou interesses meramente clientelistas. Acredito que somos vencedores porque

abraçamos um projeto político afinado com os clamores do povo e que essa recondução ao cargo de Deputada represente sobretudo a aprovação popular do mandato que ainda está em curso, com todo o trabalho parlamentar que foi realizado, as lutas que abraçamos e as vitórias que obtivemos em benefício do povo e dos Municípios, especialmente do nosso querido Vale do Aço, onde concentrei a maior parte dos meus esforços em busca, junto ao Executivo, da implantação de importantes políticas públicas.

Foi um trabalho permanente fazer com que chegassem a esses Municípios recursos, serviços, equipamentos e redes de atendimento que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida de suas populações em diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública, obras, trabalho, emprego, ação social, acesso à Justiça e tantas outras. Para isso utilizamos importantes instrumentos, como a Comissão do Trabalho, que presido desde o início desta legislatura; o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda - Ceter -, que integro como representante do Legislativo; a Cipe Rio Doce, da qual sou membro desde 2008; as frentes parlamentares criadas na Assembleia por minha sugestão - de apoio à Defensoria Pública de Minas Gerais, à causa da duplicação da BR-381 e ao trabalho voluntário -; as emendas ao Orçamento do governo; e as intermediações políticas junto aos Executivos Estadual e Federal.

Além disso, tenho orgulho de deixar, como norma jurídica no Estado, a Lei nº 18.716, de janeiro deste ano, que cria a política estadual de fomento às atividades realizadas por cidadãos e cidadãs de forma voluntária, em defesa de causas sociais, ambientais e outras, com o objetivo de unir e fortalecer as diversas iniciativas já existentes. Trouxe-me muita satisfação poder apoiar dessa forma o trabalho voluntário, sem o qual poucas transformações sociais são alcançadas.

E ainda tenho orgulho de ter sido coautora, junto ao Deputado Doutor Rinaldo e à bancada feminina, de proposta que foi abraçada pelo Executivo, tornando lei em Minas a licença-maternidade para as servidoras públicas estaduais.

Agradeço a cada eleitor dos 263 Municípios mineiros onde obtivemos votos, por sua demonstração de confiança em meu trabalho. Agradeço especialmente ao povo de Ipatinga, onde conseguimos quase 40 mil votos; Mesquita, Ipaba, Santana do Paraíso, Naque, Antônio Dias, Belo Oriente, Marliéria, São Sebastião do Anta, Periquito, Joanésia, Jaguará, Coronel Fabriciano, Timóteo e tantos outros. Muito obrigada.

Agradeço ainda, de forma especial, àqueles que trabalharam comigo e nos apoiaram nessa árdua campanha que procuramos levar aos vários rincões do Estado, principalmente ao Vale do Aço. Sem essas fiéis e incansáveis contribuições, muitas delas verdadeiramente abnegadas, esse sucesso não teria sido possível.

Nesta oportunidade, quero reafirmar o meu compromisso de continuar trabalhando pela melhoria da qualidade de vida do povo mineiro e pelo progresso dos Municípios. Temos ainda muitas lutas importantes pela frente, como garantir a duplicação da BR-381 e a estruturação, nos Municípios, das redes de proteção social previstas para o cumprimento da Lei Maria da Penha, e conto com todos vocês, além dos meus colegas parlamentares.

Reitero os meus cumprimentos a todos os Deputados reeleitos e aos que se juntarão a nós no próximo mandato. Destaco a importante contribuição que os que deixam esta Casa deram para que esta Legislatura fosse marcada por um excelente trabalho, e parabeno particularmente a Deputada Maria Tereza Lara e nossas futuras colegas, as Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado, com quem dividirei as responsabilidades de representar as causas femininas neste Parlamento.

Caros colegas, que, como representantes da população no Legislativo a partir de 2010, juntos e individualmente, possamos apresentar um trabalho que estimule a participação da sociedade, esteja em sintonia com os seus interesses, promova o desenvolvimento sustentável em nosso Estado e contribua para a valorização do Poder Legislativo.

Quero aproveitar para parabenizar o nosso Governador Antônio Anastasia e o Presidente desta Casa que compôs a chapa como Vice-Governador de Minas. Muito nos orgulha sermos parceiros deste governo, junto ao PV, para que possamos levar Minas a ter desenvolvimento e crescimento cada vez maiores. Minas avançará cada vez mais!

Muito obrigada e um abraço a todos.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, ilustre Deputado Getúlio Neiva, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia, estes últimos cinco dias que faltam para as eleições me chamam a atenção, especialmente esta última semana, em que o Brasil vai passar por importante momento e decisão de sua vida política, de seu rumo político e dos destinos de sua democracia. O Brasil se consolida como a maior democracia do mundo ocidental, e o povo, de maneira soberana, vai escolher quem governará o País nos próximos quatro anos.

Estava muito preocupado com o nível da campanha eleitoral, cheguei a fazer alguns pronunciamentos sobre certos temas em debate que estavam contaminando a campanha, mas concluí, nos últimos 15 dias, que o segundo turno possibilitou maior participação da sociedade. Nesta semana, diversos movimentos sociais organizados apresentaram manifestos: os de setores religiosos e movimentos cristãos, os trabalhadores da educação do Estado, ex-Reitores da UFMG, todos declarando apoio à candidatura de Dilma Rousseff. Isso mostra que o nível de debate tem de ser muito elevado.

Gostaria de fazer registro especial sobre uma pessoa que tenho sempre como referência para todos nós: Leonardo Boff, um dos intelectuais mais importantes do País, que tem contribuído muito para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável, para a preservação do meio ambiente e dos valores da integração do homem com a natureza.

Leonardo Boff, no primeiro turno das eleições, teve grande destaque na campanha da candidata Marina Silva, foi o coordenador de sua campanha; neste segundo turno, declarou seu apoio à candidatura de Dilma Rousseff.

Com uma reflexão muito profunda, Leonardo Boff tem publicado artigos na revista "Carta Capital" e na internet, no "site" da mesma revista. Peço vênha para reproduzir um desses artigos, que me chamou muito a atenção pelo seu conteúdo e pela riqueza de detalhes. (- Lê:)

"O Brasil está ainda em construção. Somos inteiros, mas não acabados. Nas bases e nas discussões políticas sempre se suscita a questão: que Brasil finalmente queremos? É então que surgem os vários projetos políticos elaborados a partir de forças sociais com seus interesses econômicos e ideológicos com os quais pretendem moldar o Brasil. Agora, no segundo turno das eleições presidenciais, tais projetos repontam com clareza. É importante o cidadão consciente dar-se conta do que está em jogo para além das palavras e promessas e se colocar criticamente a questão: qual dos projetos atende melhor às urgências das maiorias que sempre foram humilhadas e ofendidas e consideradas zeros econômicos pelo pouco que produzem e consomem? Essas maiorias conseguiram se organizar, criar sua consciência própria, elaborar o seu projeto de Brasil e, digamos sinceramente, chegaram a fazer de alguém de seu meio Presidente do País, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi uma virada de magnitude histórica.

Há dois projetos em ação. Um é o neoliberal, ainda vigente no mundo e no Brasil, apesar da derrota de suas principais teses na crise

econômica financeira de 2008. Esse nome visa a dissimular, aos olhos de todos, o caráter altamente depredador do processo de acumulação, concentrador de rendas, que tem como contrapartida o aumento vertiginoso das injustiças, da exclusão e da fome. Para facilitar a dominação do capital mundializado, procura-se enfraquecer o Estado, flexibilizar as legislações e privatizar os setores rentáveis dos bens públicos."

É interessante observar que esse modelo hoje sofre consequências na França, onde, há cerca de 15 dias, acontece uma greve porque o modelo neoliberal de lá insiste em retirar direito dos trabalhadores.

Continua Leonardo Boff. (- Lê:)

"O Brasil, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, embarcou alegremente nesse barco, a ponto de, no final de seu mandato, quase afundar o Brasil. Para dar certo, ele postulou uma população menor que aquela existente. Cresceu a multidão dos excluídos. Os pequenos ensaios de inclusão foram apenas ensaios para disfarçar as contradições inocultáveis.

Os portadores desse projeto são aqueles partidos ou coligações, encabeçados pelo PSDB, que sempre estiveram no poder com fartas benesses. Esse projeto prolonga a lógica do colonialismo, do neocolonialismo e do globocolonialismo, pois sempre se atém aos ditames dos países centrais.

José Serra, do PSDB, representa esse ideário. Por detrás dele, estão o "agrobusiness", o latifúndio tecnicamente moderno e ideologicamente retrógrado, parte da burguesia financeira e industrial. É o núcleo central do velho Brasil das elites que precisamos vencer, pois elas sempre procuram abortar as chances de um Brasil moderno com uma democracia inclusiva.

O outro projeto é o da democracia social e popular do PT. Sua base social é o povo organizado e todos aqueles que, pela vida afora, empenharam-se por um outro Brasil. Esse projeto se constrói de baixo para cima e de dentro para fora. Quer forjar uma nação autônoma, capaz de democratizar a cidadania, mobilizar a sociedade e o Estado para erradicar, em curto prazo, a fome e a pobreza, garantir um desenvolvimento social incluyente que diminua as desigualdades. Esse projeto quer um Brasil aberto ao diálogo com todos, visa à integração continental e pratica uma política externa autônoma, fundada no ganha-ganha, e não na truculência do mais forte.

Ora, o governo Lula deu corpo a esse projeto. Produziu uma inclusão social de mais de 30 milhões e uma diminuição do fosso entre ricos e pobres, nunca assistidos em nossa história. Representou, em termos políticos, uma revolução social de cunho popular, pois deu novo rumo ao nosso destino. Essa virada deve ser mantida, pois faz bem a todos, principalmente às grandes maiorias, pois lhes devolveu a dignidade negada.

Dilma Rousseff se propõe a garantir e a aprofundar a continuidade desse projeto que deu certo. Muito foi feito, mas muito falta ainda por fazer, pois a chaga social dura já há séculos e sangra.

É aqui que entra a missão de Marina Silva, com seus cerca de 20 milhões de votos. Ela mostrou que há uma faceta significativa do eleitorado que quer enriquecer o projeto da democracia social e popular. Esta precisa assumir estrategicamente a questão da natureza, impedir sua devastação pelas monoculturas, ensaiar uma nova benevolência para com a mãe-terra. Marina, em sua campanha, lançou esse programa. Seguramente ela se inclinará para o lado de onde veio, o PT, que ajudou a construir e agora a enriquecer. Cabe ao PT escutar essa voz que vem das ruas e, com humildade, saber abrir-se ao ambiental proposto por Marina Silva.

Sonhamos com uma democracia social, popular e ecológica que reconcilie ser humano e natureza para garantir um futuro comum, feliz, para nós e para a humanidade, que nos olha cheia de esperança."

Leonardo Boff ainda pondera o seguinte. (- Lê:)

"O Brasil já deixou de "estar deitado eternamente em berço esplêndido". Nos últimos anos, particularmente sob a administração do Presidente Lula, conheceu transformações inéditas em nossa história. Elas derivaram de um projeto político que decide colocar a Nação acima do mercado, que concede centralidade ao social-popular, conseguindo integrar milhões e milhões de pessoas antes condenadas à exclusão e a morrer antes do tempo. Apesar dos constrangimentos que teve que assumir da macroeconomia neoliberal, não se submeteu aos ditames vindos do FMI, do Banco Mundial e de outras instâncias que comandam o curso da globalização econômica. Abriu um caminho próprio, tão sustentável que enfrentou com sucesso a profunda crise econômico-financeira que dizimou as economias centrais e que, devido à escassez crescente de bens e serviços naturais e ao enriquecimento global, está pondo em xeque a própria reprodução do sistema do capital.

O governo Lula realizou a revolução brasileira no sentido de Caio Prado Júnior, no seu clássico "A revolução brasileira de 1966": "Transformações capazes de reestruturar a vida de um país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas e as aspirações da grande massa de sua população... Algo que leve a vida do País por um novo rumo". As transformações ocorreram, as necessidades mais gerais de comer, morar, trabalhar, estudar e ter luz e saúde foram, em grande parte, realizadas. Rasgou-se um novo modelo rumo ao nosso país, rumo que confere dignidade, sempre negada às grandes maiorias. Lula nunca traiu sua promessa de erradicar a fome e de colocar o acento no social. Sua função foi tão impactante que foi considerado uma das grandes lideranças mundiais. Esse inestimável legado não pode ser posto em risco. Apesar dos erros e desvios ocorridos durante seu governo, que importa reconhecer, corrigir e punir, as transformações devem ser consolidadas e completadas. Esse é o significado maior da vitória da candidata Dilma, que é portadora das qualidades necessárias para esse "fazimento" continuado do novo Brasil.

Por isso é importante derrotar o candidato da Oposição, José Serra. Ele representa outro projeto de Brasil que vem do passado, reveste-se de belas palavras e de propostas ilusórias, mas que fundamentalmente é neoliberal e não popular e que se propõe privatizar e debilitar o Estado para permitir atuação livre do capital privado nacional, articulado com o mundial.

Os ideólogos do PSDB que sustentam Serra consideram como irreversível o processo de globalização pela via do mercado, apesar de estar em crise. Dizem: "Nele devemos nos inserir mesmo que seja de forma subalterna". Caso contrário, pensam eles, seremos condenados à irrelevância histórica. Isso aparece claramente quando Serra aborda a política externa. Explicitamente se alinha às potências centrais, imperialistas e militaristas que persistem no uso da violência para resolver os problemas mundiais, ridicularizando o intento do Presidente Lula de fundar uma nova diplomacia baseada no diálogo e na negociação sincera na base do ganha-ganha.

O destino do Brasil, dentro dessa opção, está mais pendente das megaforças que controlam o mercado mundial do que das decisões políticas dos brasileiros. A autonomia do Brasil com um projeto próprio de Nação, que pode ajudar a humanidade, atribulada por tantos riscos, a encontrar um novo rumo salvador, está totalmente ausente em seu discurso. Esse projeto neoliberal, triunfante nos oito anos sob Fernando Henrique Cardoso, realizou feitos importantes, especialmente na estabilização econômica. Mas fez políticas pobres para os pobres e rica para os ricos.

As políticas sociais não passavam de migalhas. Os portadores do projeto neoliberal são setores ligados ao agronegócio de exportação, as elites econômico-financeiras - modernas no estilo de vida, mas conservadoras no pensamento -, os representantes das multinacionais sediadas em

nosso país e as forças políticas da modernização tecnológica sem transformações sociais. Votar em Dilma é garantir as conquistas feitas em favor das grandes maiorias e consolidar um Estado cuja Presidente saberá cuidar do povo, pois é da essência do feminino cuidar e proteger a vida em todas as suas fases."

Esse é o exemplo de como uma campanha deve ser feita, em alto nível e com discussão de conteúdo político e ideológico.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nesta Casa, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais, venho a esta Tribuna para comemorar a inauguração hoje de uma obra esperada há décadas, que já foi manchete de muitos jornais, devido às dezenas de vítimas de acidentes que ocorreram naquele local. Refiro-me à inauguração do Viaduto das Almas, no Km 592 da BR-040. Está hoje em Belo Horizonte o Ministro Paulo Sérgio para inaugurar essa obra, prometida por tantos governos, mas só agora inaugurada.

Agradeço ao Ministro Paulo Sérgio e ao Presidente Lula não só o Viaduto das Almas, mas muitas e muitas outras obras de infraestrutura viária que estão sendo executadas nas rodovias federais de Minas Gerais.

Depois de anos e anos de espera, estamos também com quase toda a obra pronta da BR-135, no trecho de Curvelo a Montes Claros. Está ficando uma maravilha. A estrada está totalmente restaurada, com alargamento das pontes. A duplicação do trecho de Belo Horizonte até a BR-040 está também quase pronta e a própria BR-040, em direção ao Rio de Janeiro, está sendo reformada. São obras como essas que vão melhorar o nosso trânsito caótico hoje nas rodovias, evitando mortes e acidentes.

Assim, mais uma vez, agradeço ao Ministro Paulo Sérgio, ao Presidente Lula, a nossa ex-Ministra Dilma Roussef, idealizadora dessas obras quando lançou o PAC, que é uma realidade no Brasil, principalmente em Minas. Temos, assim, muito a comemorar.

Tenho um motivo a mais para comemorar com relação à BR-135, no trecho que liga Itacarambi-Manga-Montalvânia. Nos governos anteriores, nesta época do ano, aquelas cidades ficavam totalmente ilhadas. Ficamos, inclusive, nos primeiros quatro anos do governo Aécio Neves sem sequer passar uma máquina naquela rodovia, que não era pavimentada. Foi necessária toda uma ação nossa para que o Presidente Lula fizesse um decreto e assumisse aquele trecho da BR-135.

Só então conseguimos recursos para recuperá-la. Hoje ela se encontra toda recuperada, e recebemos a boa notícia de que será toda pavimentada. Aliás, as obras entre Montalvânia até a divisa com a Bahia já foram iniciadas. A construtora J Malucelli, responsável pelas obras de Manga a Monte Rei, já está na cidade de Manga tomando todas as providências. Ela está fazendo as instalações do escritório para o início dessa importante obra que mudará também a cara daquela região, ligando Minas Gerais, pela BR-135, ao Rio de Janeiro e a São Luís do Maranhão. Assim, as regiões de Manga, Januária, Itacarambi e Montalvânia se tornarão importantes corredores de desenvolvimento e de escoamento de produção dos produtos do Projeto Jaíba.

Enfim, após a conclusão dessas obras, esperamos - e já estamos reivindicando ao governo - a possível construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco na cidade de Manga, com o intuito de integrar toda a região no desenvolvimento que chegará com a pavimentação total da BR-135, uma vez que o trecho mais importante dela - de Montes Claros até Curvelo - já está praticamente recuperado. Sem dúvida alguma, com a recuperação da BR-040 até o Rio de Janeiro e com a inauguração completa do Viaduto das Almas, todo esse conjunto de obras mudará a realidade do Estado.

Aproveitando que já estamos falando sobre as obras das estradas, ressalto a importância de fazer uma cobrança ao governo do Estado. Afinal, nos últimos três meses, justamente no período eleitoral, o DER deu uma trégua e não perseguiu os nossos taxistas, que puderam exercer seu trabalho livremente. Mas agora, assim que passaram as eleições, as operações já voltaram a atuar, ou seja, a indústria da multa está voltando às estradas. Nesta semana, todos os taxistas do Norte de Minas e a maioria das lideranças me telefonaram para me dizer que foi só passarem as eleições, que "blitze" voltaram a ocorrer.

Portanto, esperamos um tratamento diferenciado e mais responsável por parte do governo, pois não podemos admitir que Minas Gerais seja o único Estado da Federação onde uma pessoa não pode pegar um táxi para ir de uma cidade a outra. O sujeito está sendo obrigado por um decreto do governo a ter de andar de ônibus. O governo precisa conhecer melhor Minas Gerais. Temos várias cidades neste Estado que nem linha de ônibus têm. Os nossos Distritos não têm linhas de ônibus, e, às vezes, a maioria deles tem ônibus apenas uma vez por dia. Por exemplo, se o ônibus sai às 7 horas da manhã, e o sujeito adoce às 8, ele terá de esperar até as 7 horas do dia seguinte para poder se deslocar, porque está proibido em Minas Gerais o ser humano contratar um táxi para resolver seus problemas em outra cidade.

Voltaremos a falar desse tema aqui. Fiquei triste, pois, nos últimos três anos, travamos uma batalha no Plenário desta Casa, realizamos várias audiências públicas em vários cantos do Estado e discutimos várias vezes com os Diretores do DER convocados para participarem em audiências públicas aqui. E, de uma hora para outra, nos últimos três meses - de junho até o final de outubro -, "blitze" do DER foram suspensas, coincidentemente com o período eleitoral. No entanto, assim que passaram as eleições, elas retornam, e isso cheira mal; cheira a enganação. Passa a ideia de que o problema estava resolvido, de que o Estado não iria mais perseguir os taxistas. Assim que passam as eleições, e com a reeleição do Governador, volta a indústria da multa e, é claro, parece que escolhem sempre o Norte de Minas para começarem a atuar.

Parece que têm um saco de maldades com o intuito de perseguir a minha região, que já mostrou, até mesmo nas urnas, a insatisfação com o tratamento que é atribuído a ela por este governo. O Governador foi derrotado em várias cidades do Norte de Minas, e esperamos que isso lhe sirva de lição. O governo precisa melhorar o tratamento atribuído ao Norte de Minas. Lá se instalaram a indústria das multas ambientais e a perseguição aos nossos produtores, aos nossos taxistas. Então esperamos que o Governador trate o Norte de Minas como deve ser tratado, neste segundo mandato, que faça um governo realmente republicano, que trate a todos com igualdade. Esperamos que faça um governo da forma como faz o Presidente Lula, ao dirigir o País.

O Presidente Lula tem dado exemplo não só para Minas, mas também para o Brasil inteiro, pela sua forma simples de governar, dando atenção a todos, sem discriminar ninguém. Temos um Presidente que nunca discriminou Prefeito nem Governador. A prova disso é o nosso Estado, que é governado pelo PSDB e tem tratamento "vip" pela Presidência da República. O conjunto de obras e recursos investidos em Minas Gerais é o maior da história. Basta comparar o que o governo federal investiu em Minas nos últimos oito anos ao que foi investido nos oito anos de governo do Fernando Henrique e do Serra. Além de não realizarem nenhuma obra importante aqui, nenhum programa social, de não terem criado nenhuma universidade, nenhuma escola técnica, de não terem investido na saúde, essa dupla, que ficou de 1994 a 2002 no poder, tratou este Estado a pão e água. A raiva contra os mineiros era tão grande que o Fernando Henrique, por várias vezes, chegou ao ponto de sequestrar o Fundo de Participação do Estado, quando o Itamar era Governador. E não foi somente contra o Itamar. Tenho várias reportagens de jornais que mostram que o próprio aliado, o ex-Governador Eduardo Azeredo, reclama da falta de atendimento, da má vontade que Serra e Fernando Henrique tinham com Minas Gerais. E isso era evidente, assim como ficou evidente também, nas prévias do PSDB, que eles passaram a rasteira no Aécio, não deixando que ele concorresse à Presidência da República. É assim que eles olham por Minas Gerais, e é por isso que não temos saudades dessa dupla que persegue o Estado há muito tempo.

Esperamos que o povo mineiro saiba escolher corretamente o melhor projeto para o País. O que queremos? A continuidade do que está dando certo, as coisas boas que o Presidente Lula faz para o Brasil, e especialmente para Minas Gerais, os projetos importantes na área social e na educação? Serão entregues, em todo o Brasil, 214 novas escolas técnicas ainda este ano e mais 12 serão entregues em Minas Gerais, das quais 10 ficarão no Norte do Estado: em Manga, Brasília de Minas, Taiobeiras, Monte Azul, Espinosa, Janaúba, Bocaiúva. Várias outras cidades do Norte do Jequitinhonha serão beneficiadas com novas escolas técnicas pelo governo federal em convênio com a Unimontes. É por isso que temos de comemorar tudo de bom que o Lula tem feito, não só as estradas, não só os R\$6.000.000.000,00 que estão sendo investidos na recuperação das rodovias federais em Minas, mas também as obras do PAC, os investimentos na área de saneamento, o projeto Minha Casa, Minha Vida, o ProUni, que atende quase 800 mil jovens de famílias carentes que jamais sonhavam estar em uma faculdade e que hoje estão estudando em faculdades particulares pagas pelo governo. É preciso falar também que triplicamos o número de vagas nas universidades públicas.

O Presidente Lula criou e inaugurou 14 novas universidades federais no Brasil contra apenas 1 nos oito anos do governo FHC e Serra.

É este o novo Brasil que queremos: o país que dá oportunidade, que gerou 15 milhões de empregos com carteira assinada, que retirou 29 milhões de pessoas da linha da pobreza, que permitiu a 36 milhões de pessoas passarem para a classe média, que sediará a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que não deve mais nenhuma satisfação ao FMI. Enfim, esse é o Brasil de Lula, de Dilma e do povo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva* - Minha cara Presidente, Deputada Rosângela Reis, é uma alegria revê-la depois de uma campanha vitoriosa na sua Ipatinga, enfrentando muitas dificuldades. E agora está de volta a esta Casa e reeleita, para nossa alegria e nosso prazer. V. Exa. sabe da nossa admiração e, sobretudo, do respeito que temos pela sua liderança independente e corajosa naquela importante cidade de Minas Gerais.

Quero tratar novamente do mesmo assunto que me trouxe à tribuna na semana passada, a fim de esclarecer a população da minha região. Fiquei um pouco lisonjeado com a audiência da TV Assembleia, em função do meu pronunciamento e das várias pessoas que me procuraram para saber detalhes da decisão do governo de construir a ferrovia que liga o Estado à Bahia, passando pelos Vales do Mucuri e Jequitinhonha e chegando ao Norte de Minas, com investimentos da ordem de R\$1.000.000.000,00 e extensão entre 475km e 500km. Anunciamos aqui, há mais de três meses, a conversa que tivemos com o Governador Anastasia durante viagem a Paulistas e Água Boa e, posteriormente, a Almenara e Rubim. Discutimos esse assunto longamente, e o nosso Governador tomou a decisão de determinar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico que acelere esse projeto de construção da nova ferrovia no Estado, fazendo, é claro, pedido natural ao governo federal, porque se trata de ferrovia a ser construída em dois Estados. E a autorização foi concedida, juntamente com a parceria público-privada.

Gostaria de esclarecer alguns tópicos. As pessoas nos perguntam, querem saber detalhes sobre a obra. Trata-se de uma ferrovia que atenderá às novas ocorrências minerárias existentes na região do Alto Rio Pardo, que, equivocadamente, é chamada de Norte de Minas, mas que, de fato, é Nordeste. As manchetes dos jornais sempre citam a região como Norte, mas é Nordeste, está no Vale do Jequitinhonha. Há necessidade de implantação dessa estrada de ferro em função do grande volume de jazidas de minério de ferro que estão sendo pesquisadas. O trabalho preparatório prevê o início da exploração a partir de abril de 2011. O governo do Estado determinou então que fosse feito estudo profundo e contratação de empresa internacional para verificar o trajeto a ser construído.

Como as negociações foram ocorrendo ao longo dos anos? Desde 1970, como jornalista, debatemos a necessidade de explorarmos as ricas jazidas existentes na região não apenas de Rio Pardo, Salinas, Porteirinha, mas também de Malacacheta, Padre Paraíso, Caraiá, Genipapo de Minas, Chapada do Norte, Minas Novas e Água Boa.

Em todas essas cidades, já identificamos jazidas minerais importantes de minério de ferro, chumbo, estanho e níquel, além das de bário, boro ou lítio existentes na região de Araçuai.

Tive a felicidade de ser convocado pelo Governador Eduardo Azeredo para a Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos e naquela oportunidade fizemos o mapeamento geológico. Quando foram descobertas as jazidas, realizamos um trabalho posterior, contando com o auxílio do DNPM, de quantificação dessas jazidas e de qualificação dos minérios existentes com intuito de convocar empresários que pudessem se interessar por sua exploração.

As jazidas da região de Rio Pardo de Minas, ou seja, do chamado Alto Rio Pardo, e especificamente de Grão-Mogol estão estimadas em 15 bilhões de toneladas. Com extensão na serra, chegando até próximo à Chapada do Norte e a Jenipapo de Minas, as jazidas se ampliam para 20 bilhões de toneladas. Voltando a explicar, 20 bilhões de toneladas significam uma jazida superior a todas as jazidas existentes no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, que, aliás, sustentaram a economia mineira por mais de 100 anos.

As empresas que se interessavam por tudo isso, como a Votorantim, a Miba e a Transminas, buscavam uma forma mais barata de conduzir esse minério de ferro para um porto de mar mais próximo. Houve a influência do governo da Bahia no intuito de que se fizesse o mineroduto seguindo para Ilhéus. O governo de Minas entrou em ação para definir a situação, conforme era o nosso apelo, a nossa peroração no Plenário e a nossa luta nos jornais locais, nas emissoras de televisão de nossa região e, sobretudo, no informativo de nosso gabinete e nos nossos entendimentos diretos com a Secretaria, com o Indi e com vários técnicos de governo. Insistimos, afirmando que o mineroduto não traria benefício para aquela região e serviria apenas para as empresas. Além disso, deixaria de lado todo o restante de material existente na região, especialmente o granito. Hoje já produzimos em torno de 400 carretas-dia que estão criando um problema de tráfego nas nossas rodovias e demolindo até alguns trechos do Processo - estradas que foram feitas para tráfego relativamente leve, e não pesado. Uma pedra de granito pesa 27t. Então já há um problema.

Portanto tínhamos de ter a oportunidade de o governo interferir - e o governo interferiu. Já não é mineroduto. Na verdade, será estrada de ferro. Agora é preciso descobrir qual é o melhor trajeto. Tenho defendido a tese de que o melhor é aquele que economizaria recursos financeiros e, sobretudo, tempo. Desde o governo Sarney, a Ferronorte é muito debatida nos programas de televisão. Hoje o Serra fala muito sobre esse assunto, e a Dilma tenta falar sobre ele. Foram construídos até agora apenas 240km. Para se construir uma estrada de ferro com quase 500km de extensão, a estimativa é que o curso da terraplenagem seria, aproximadamente, de seis a oito anos. Ora, se já vamos começar a preparar o terreno para instalar o equipamento para a exploração do minério de ferro de uma jazida equivalente ao Quadrilátero Ferrífero, não podemos esperar tanto tempo. Logo, a opção mais lógica e correta que estamos defendendo é a reconstituição da Estrada de Ferro Bahia-Minas, cujo leito está disponível. Embora limitador na velocidade, o leito dessa antiga estrada de ferro já existe. Por outro lado, é uma economia fantástica de recursos financeiros, pois todos os terrenos do antigo leito foram transferidos para os Municípios cortados pela ferrovia, por iniciativa do Deputado Luís Leal, da minha terra, junto ao Ministério dos Transportes.

Não há nenhum custo de terreno nem de desapropriação, os Municípios entregam esse antigo leito para exploração, e ganharemos de seis a oito anos de prazo. Caso as obras se iniciem em 2012, no final de 2013 e princípio de 2014, a ferrovia já poderá estar sendo explorada, atendendo às jazidas daquela região. Além do mais, a Estrada de Ferro Bahia-Minas, saindo de Caravelas, na Bahia, cortando todo o Vale do Mucuri e chegando até o miolo do Vale do Jequitinhonha, em Araçuai, seria um eixo ferroviário que poderia gerar muitos ramais para as várias jazidas existentes. O lítio produzido em Araçuai é processado em Divisa Alegre, para depois ser exportado, o que poderia ser feito por meio da ferrovia. Toda a produção de granito da região é levada para o Espírito Santo por meio da Estrada do Boi ou da BR-116, seguindo até

Governador Valadares e ficando estocada no pátio da Companhia Vale do Rio Doce, porque a rodovia não comporta o transporte desse material. São toneladas estocadas.

A região está preocupada com o assunto, mas está muito feliz e satisfeita, assim como fiquei muito eufórico com a notícia estampada no jornal "O Tempo", na quarta-feira passada. A determinação do governo é uma vitória, pois, há 40 anos, luto por essa estrada de ferro. A estrada que existia foi fechada pela junta militar na época da ditadura, com base em um decreto que mandava erradicar ramais deficitários. Na verdade, tratava-se de uma estrada de ferro completa.

Dissemos que não haverá desapropriação, porque os terrenos são de propriedade das Prefeituras; que não haverá necessidade de grandes terraplenagens, porque está pronta no antigo leito; e que haverá economia de seis a oito anos para que possamos usufruir essa estrada de ferro. Quando Teófilo Benedito Ottoni fundou Filadélfia, cidade que hoje tem o seu nome, ele contratou uma companhia francesa para construir uma estrada de ferro em 1871. Naquela época era possível fazer isso. Sempre estranhei o fato de a junta militar erradicar uma estrada inteira, com base em um decreto que mandava erradicar ramais deficitários, e ninguém nunca ter-se preocupado com isso ao longo de tantos anos.

Trabalhamos muito nesse assunto, foi quase uma catilinária. Verificamos que, no governo de Aureliano Chaves, ele se preocupou com o assunto. Já estávamos partindo para uma radicalização, quase criando o Estado de Cabralia, encaixando o Nordeste de Minas no Sul da Bahia, em virtude da desatenção histórica dos governos estadual e federal para com aquela região, quando o governador Aureliano Chaves nos procurou para conhecer o assunto detalhadamente. É necessário termos um pouco de conhecimento da história. Quando Teófilo Ottoni criou a Companhia de Navegação do Vale do Mucuri e contratou a empresa para fazer uma estrada de ferro, ele detinha a propriedade de uma sesmaria de seis léguas ao longo desse antigo leito da estrada de ferro. A propriedade é da Companhia de Navegação do Vale do Mucuri, que, extinta pelo governo do Estado à época, teve suas ações transferidas para o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e, após sua extinção, para o Bemge. Sendo extinto o Bemge, essas ações estão dentro desse projeto dos ativos que o Estado quer colocar como garantia para fazer antecipação de receita.

Então chegou o momento de discutirmos o seguinte: se essas terras continuam pertencendo à Companhia de Navegação do Vale do Mucuri e, assim, passaram a ser propriedade do Estado de Minas Gerais, por que não negociar com o governo da Bahia a possibilidade de que Minas tenha o seu porto do mar? Isso foi o que fez recentemente o Peru, ao ceder à Bolívia um espaço para que ela tenha um porto de mar de sua propriedade por 99 anos. Essa discussão volta à tona exatamente no momento em que se apresenta um projeto de lei que autoriza o governo a vender, negociar ou financiar os ativos, entre os quais os do Bemge, em que se incluem as ações da Companhia de Navegação do Vale do Mucuri e da Estrada de Ferro Bahia-Minas, essas sesmarias que Teófilo Benedito Ottoni conseguiu já na época do Império.

Assim, concluindo, quero explicar ao povo de nossa região que há uma determinação do governo do Estado: não se aceita o mineroduto; vai ser ferrovia. A ferrovia pode até ser uma interligação de Governador Valadares a Teófilo Ottoni, fazendo-se a conexão com Araçuaí, descendo até a Bahia. É certo que existe o problema do Porto de Caravelas, que está em frente ao Coral dos Abrolhos, reserva ambiental mundial, mas é preciso que se estude esse assunto e que a população seja esclarecida a respeito dos detalhes dessa transação e fique sabendo quantos e quantos anos gastamos discutindo esse assunto, que é importantíssimo para o Vale do Mucuri, para o Vale do Jequitinhonha e para o Norte e o Noroeste de Minas e que inclui até uma ferrovia de penetração no território brasileiro, chegando até Brasília quase em linha reta, como pode constatar quem verificar o mapa do Brasil.

Assim, ocupei a tribuna na tentativa de prestar essas explicações. Se permanecerem algumas dúvidas, naturalmente voltarei à tribuna para esclarecê-las, dizendo que a nova ferrovia que se projeta para Minas Gerais será a redenção da região mais deprimida e pobre do Estado - o Nordeste e o Norte de Minas -, que realmente precisa desse estímulo e incentivo do governo, que está preconizando a construção dessa estrada de ferro a partir de 2012. Muito obrigado, Sra. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/10/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 1º/11/10, Wellington Domingos Lima de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando, a partir de 1º/11/10, Carla Pascoal de Assis Pimenta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/11/10, Gessé Ferreira dos Santos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/11/10, Natalicio de Jesus Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Carla Pascoal de Assis Pimenta para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Gessé Ferreira dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Natalicio de Jesus Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 1º/11/10, Abelardo Celso Medina do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/11/10, Juliano Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/11/10, Lucas dos Santos Ribeiro Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

nomeando Abelardo Celso Medina para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Lucas dos Santos Ribeiro Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 1º/11/10, Ademir Ferreira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Candido Amabis Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Álvaro Maneira Júnior para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 26/10/10, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.401, de 16/7/07, 2.468, de 23/11/09 e 2.491, de 9/8/10, assinou o seguinte ato:

designando Miriam Gontijo Guimarães Nogueira para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2009

CONCORRÊNCIA Nº 2/2009

Em 29/10/2010, os Srs. Presidente e 1º-Secretário da Assembleia Legislativa decidem pela revogação da Concorrência nº 2/2009, que tem por finalidade a contratação de produtora de vídeo para a produção e apresentação do programa de televisão "Minas é Muitas", da TV Assembleia, com fundamentação no exposto na Ata da 16ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação e na manifestação da Diretoria de Rádio e TV constante no correspondente processo.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.